CAPÍTULO 4

REDUÇÃO E CONTROLE DA INFLAÇÃO

O país tem uma longa história de convivência com a inflação, embora na maior parte do período que vai do pós-guerra (1945) até 1980, ela tenha sido compatível com o crescimento acelerado da economia. O aumento das pressões inflacionárias, nesse período, coincide com fases de retração da atividade econômica e agravamento das restrições externas, primeiro no início da década de 1960 (triênio 1962/64), com o esgotamento do modelo de industrialização substitutiva, e posteriormente, no final da década de 1970, com a mudança do cenário internacional (aumento da taxa de juros internacional e redução da liquidez) e o conseqüente desmoronamento da política expansiva de endividamento externo seguida pelo governo Geisel. A partir de 1979, a taxa de inflação escala níveis progressivamente mais altos (com um solitário recuo em 1986, em decorrência do Plano Cruzado) e fica praticamente fora de controle nos anos 1988 a 1993, apesar das inúmeras tentativas de estabilização realizadas por diferentes governos.

É somente com o Plano Real, que utilizou como estratégia a aceleração da hiperinflação preexistente e a desindexação dos salários previamente à reforma monetária de junho de 1994, que se criam as condições para a estabilização relativa dos preços internos. Ancorado na apreciação da taxa de câmbio e nas políticas de liberalização comercial e financeira da economia, o Plano Real permitiu, pela primeira vez em muitos anos, reduzir consistentemente a taxa de inflação. No entanto, isso se obteve à custa de crescentes desequilíbrios nas contas externas e nas finanças

públicas que iriam deflagrar, no segundo semestre de 1998, uma crise cambial de enormes proporções, acompanhada de significativo aumento das pressões inflacionárias.

A mudança do regime de câmbio e a implantação do Sistema de Metas de Inflação[1] em junho de 1999 permitiram um controle relativo dos preços, que voltaram a subir em 2001, ainda em um patamar aceitável (7,67% – IPCA e 10,40% – IGP-DI), e em 2002. Nesse ano, o IPCA atingiu 12,53% e o IGP-DI 26,41%.[2] A ameaça de descontrole inflacionário embutido nesses dados – e muito mais evidente na evolução dos índices de preço no último trimestre de 2002 – obrigou o atual governo a adotar medidas severamente restritivas, incluindo a elevação da taxa básica de juros de 25% para 26,5%.[3] O resultado dessa política de defesa de estabilidade de preços se pode observar já em 2003, quando o IPCA retrocede para 9,3% e o IGP-M cai para 8,69%. Nos anos seguintes, esses índices tornam a cair, fechando 2005 em 5,69% (IPCA) e 1,21% (IGP-M).

1 O Sistema de Metas de Inflação foi adotado em junho de 1999 (Decreto nº 3088, de 21.6.99). As metas anuais foram estabelecidas ou modificadas pelo Conselho Monetário Nacional por meio das Resoluções 2615, de 30.6.99 (1999, 2000 e 2001); 2744, de 28.6.2000 (2002); 2842, de 28.6.2001 (2003); 2972, de 27.6.02 (2003 e 2004); 3108, de 25.6.2003 (2004 e 2005); 3210 de 30.6.2004 (2006); e 3291, de 23.6.2005 (2007).

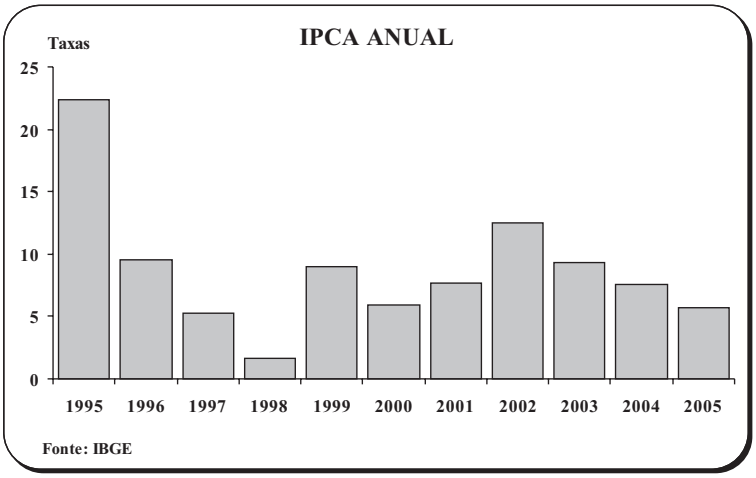
2 O Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), calculado pelo IBGE, mede as variações dos preços de uma cesta de bens cuja ponderação refletiria a estrutura de consumo das pessoas com rendas entre um e quarenta salários mínimos. É o índice utilizado pelo Banco Central para fixar a meta anual de inflação e avaliar a evolução dos preços. O Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M), elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, é uma média aritmética de três outros índices – o Índice de Preços do Atacado (IPA), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional da Construção Civil. Foi criado para funcionar como indexador de operações financeiras. Hoje é usado também em contratos, aluguéis e como indexador de alguns serviços públicos privatizados. Além desses, é muito utilizado também o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), também elaborado pelo IBGE e que tem como universo de pesquisa as famílias com chefes assalariados e rendimento mensal entre um e oito salários mínimos.

3 Em 2002, a taxa de juros, que vinha sendo reduzida gradualmente desde fevereiro e posteriormente estabilizada em 18%, foi aumentada em outubro (para 21%), em novembro (para 22%) e em dezembro (para 25%).

Mercadante_Parte-1.indd 70 10/4/2006 10:26:53

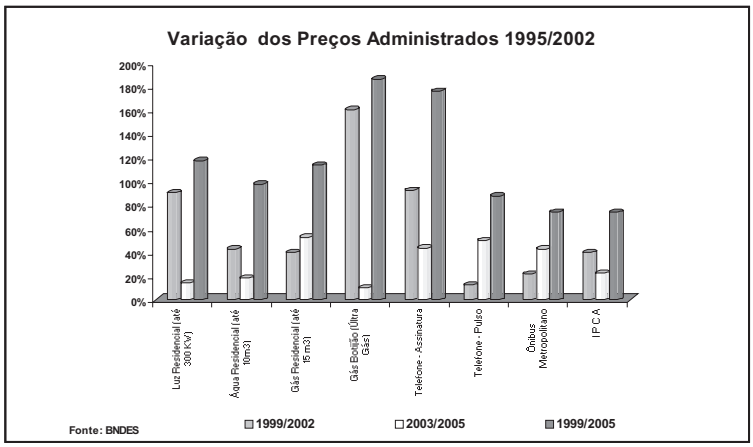
Cumprindo a meta

O êxito da política de redução e controle da inflação do governo Lula é evidente, qualquer que seja o indicador utilizado. Com exceção de 2003, ano em que pesaram de maneira decisiva os desequilíbrios associados à crise de 2002, tanto em 2004 quanto em 2005 a inflação registrada ficou dentro das metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, coisa que não ocorria desde o ano 2000.



O esforço de contenção dos preços realizado pelo governo foi enorme e pode ser avaliado pela magnitude da redução da taxa de inflação. Com efeito, o IPCA diminuiu de 9,3% em 2003 para 5,69% em 2005, ou seja, uma redução cumulativa de 55% em três anos. Isso apesar do peso relativamente elevado dos preços administrados, que tiveram um comportamento diferente, puxando para cima a taxa de inflação, em função de choques externos (como no caso do petróleo) ou das regras estabelecidas

Mercadante_Parte-1.indd 71 10/4/2006 10:26:53



nos contratos de privatização feitos pelo governo anterior (no caso de alguns serviços públicos, como a telefonia e a energia elétrica), cuja vigência se projeta até 2006.[4]

4 Em 2005, por exemplo, até novembro, para um aumento de 5,31% do IPCA, os preços livres tinham subido 4,02%, enquanto a alta dos preços administrados chegava a 8,38%.

Mercadante_Parte-1.indd 72 10/4/2006 10:26:53

CAPÍTULO 7

REDUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE SOCIAL

O Brasil é um país profundamente desigual e estruturalmente injusto. Somos um dos países mais desiguais do planeta e esta desigualdade tem sido uma característica permanente da nossa estrutura econômica e social.

Por isso, a pobreza, no nosso caso, não é um fenômeno isolado, conjuntural ou residual, que possa ser resolvido pela via filantrópica ou assistencialista, nem constitui uma "deformação" do funcionamento da economia e da sociedade brasileiras.

A pobreza é resultado de um padrão de organização social da produção e de acumulação de capital de caráter estruturalmente dependente e excludente, cuja dinâmica conduziu, historicamente, à conformação de uma estrutura social polarizada, marcada pela concentração da riqueza, da renda, do poder político e dos direitos cidadãos em mãos de uma elite autoritária, carente de um projeto consistente de nação e autocentrada na defesa e ampliação de seus privilégios.

Dentro desta perspectiva, a pobreza é a expressão da desigualdade na distribuição da riqueza e, em grande medida como subproduto desta, da concentração da renda. Outros vetores – o padrão de acumulação historicamente centrado no arrocho salarial, o desemprego e a precariedade das relações de trabalho, a estrutura tributária regressiva, o direcionamento do gasto público para interesses privados, que reproduz a exclusão social, os desníveis educacionais e os efeitos da inflação amplificam e realimentam o processo de concentração e polarização da estrutura distributiva.

A pobreza extrema de grandes contingentes de nossa população é a expressão perversa da desigualdade social e da não-cidadania. É a ausência total de garantias de direitos civis, políticos e sociais básicos.

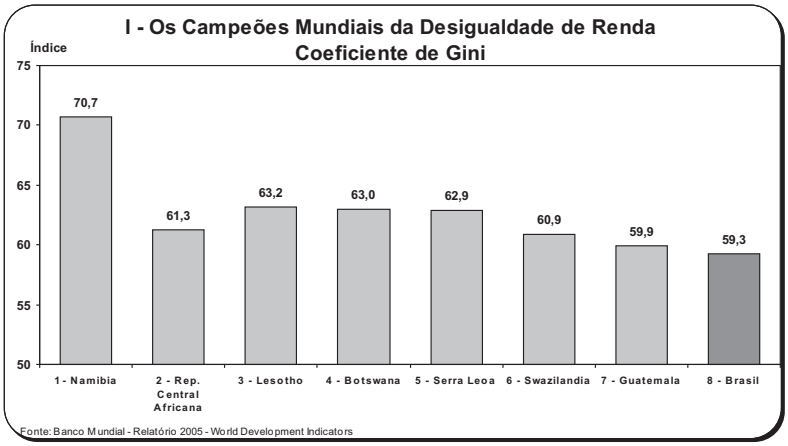
Embora os dados disponíveis nem sempre reflitam a natureza e dimensão da desigualdade existente – por exemplo, a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) tende a subestimar o nível de renda e o peso relativo dos segmentos da população de rendas mais altas –, a realidade que representam é estarrecedora, qualquer seja o indicador utilizado. A participação dos 20% mais pobres da população na renda total, por exemplo, é da ordem de 2,4%. Somente em Serra Leoa, na Namíbia, no Lesoto, na República Central Africana, no Paraguai e na Botsuana os mais pobres têm uma participação menor na renda do que no Brasil. Somos o sétimo de um total de 110 países. Algo similar ocorre se tomamos o extremo oposto, a participação dos 20% mais ricos da população. Aqui somos o oitavo do mundo, com um nível de participação dos mais ricos na renda em torno a 63,2%. Essa extrema desigualdade fica ainda mais evidente quando se compara a proporção da renda apropriada pelos 10% mais ricos (46,9%) com a apropriada pelos 10% mais pobres (0,7%).[1] Ou quando utilizamos, como indicador-síntese da desigualdade, o índice de Gini,[2] em relação ao qual ocupamos também um constrangedor oitavo lugar entre os mais desiguais do planeta.

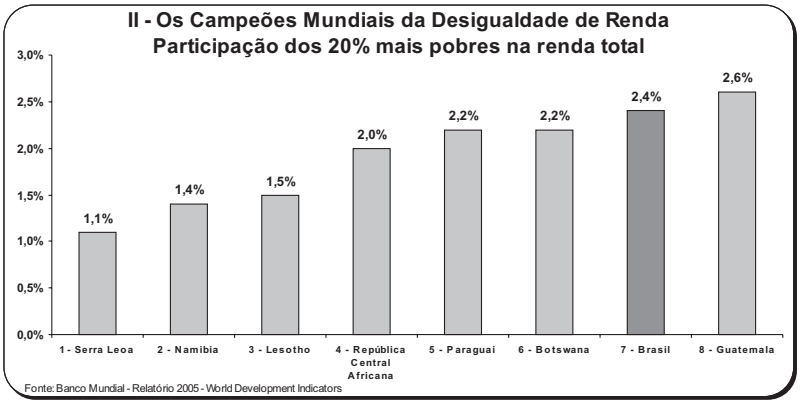
Mas não é só a dimensão do problema distributivo que chama a atenção no caso brasileiro. O que é surpreendente é a

1 Todos os dados são do Banco Mundial – Relatório 2005 World Development Indicators e referem-se, no caso brasileiro, a 2001. Para os países africanos os dados são de pesquisas realizadas entre 1989 e 1995. No caso da Guatemala e do Paraguai, os dados se referem aos anos 2000 e 2002, respectivamente.

2 O Índice de Gini, criado pelo estatístico, demógrafo e sociólogo italiano Corrado Gini, é um indicador do grau de concentração existente em um determinado grupo em relação ao atributo que se deseja estudar.Em geral, o índice de Gini é utilizado para analisar a concentração da renda (ou dos salários, ou dos rendimentos, ou da riqueza, ou da terra etc.) em uma dada população. O índice varia de zero a um. Quanto mais próximo a zero, menor a desigualdade. Inversamente, quanto mais próximo da unidade, maior a desigualdade.

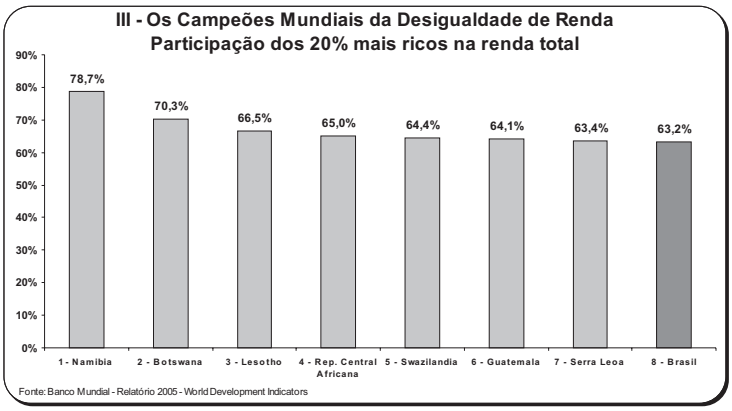
Mercadante_Parte-1.indd 114 10/4/2006 10:27:03





permanência, com pequenas variações, deste padrão de desigualdade ao longo do tempo. De 1970 até o ano 2000, por exemplo, apesar de o país ter experimentado um sem-número de políticas públicas e vivido diversas fases em sua evolução econômica – nessas três décadas tivemos períodos de rápido crescimento e de estagnação da economia, de inflação moderada ou acelerada e de relativa estabilidade de preços – não houve modificações de significação no padrão de distribuição da renda. As exceções foram episódicas, como em 1986, com o Plano Cruzado, ou em

Mercadante_Parte-1.indd 115 10/4/2006 10:27:03



1995, com o controle da hiperinflação e o aumento nominal do salário mínimo, quando se verificaram melhorias passageiras no padrão distributivo. Esses avanços, no entanto, foram sempre de pequena monta e, freqüentemente, revertidos em prazos relativamente curtos, dando lugar a processos de reconcentração da renda, como o que ocorreu na década passada.[3]

O mesmo acontece com a distribuição da riqueza. Um dos poucos estudos disponíveis sobre o tema, que utiliza dados de 1995,[4] indica que 1% da população, pouco mais de 1,5 milhão de pessoas, equivalentes a cerca de 400 mil famílias, controlava, naquele ano, 17% da renda nacional e 53% do estoque líquido de riqueza privada do país (avaliado em 2.022 bilhões de dólares). Só para comparar, nos Estados Unidos, por exemplo, que não são

3 Veja-se o artigo de Marcio Pochmann, "A exclusão social no Brasil e no mundo", disponibilizado na página www.social.org.br/relatorio2004. Segundo o autor, "Ao se considerar o período de 1980 a 2000, observa-se uma elevação do percentual de famílias ricas no Brasil, de 1,8% para 2,4%. Em segundo lugar, a distância entre a renda média das famílias ricas e a renda média do total das famílias brasileiras passou de 10 para 14 vezes. A cidade de São Paulo, que possuía 23,4% das famílias ricas do país em 1980, saltou para uma participação na "riqueza" total do país de 40%. Finalmente, no ano 2000, verifica-se que as dez cidades com maior número de famílias ricas concentravam 60% da massa de renda das famílias abastadas do país.

4 Veja-se o artigo de Reinaldo Gonçalves, "Distribuição de riqueza e renda: alternativas para a crise brasileira", publicado em Ivo Lesbaupin (organizador), *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Editora Vozes, 1999.

Mercadante_Parte-1.indd 116 10/4/2006 10:27:04

propriamente um modelo em termos de distribuição eqüitativa da renda e da riqueza, os percentuais correspondentes ao 1% mais rico da população são de 8% e 26% respectivamente.

É evidente, então, que, no caso brasileiro, a reversão das atuais condições sociais não depende somente da retomada do crescimento da economia ou da manutenção da estabilidade dos preços internos. Embora a estagnação econômica e o descontrole da inflação penalizem os segmentos com menor capacidade econômica da sociedade, a miséria e a desigualdade têm aumentado também em períodos de crescimento ou de relativa estabilidade de preços. Portanto, transformar o crescimento econômico em desenvolvimento sustentado e sustentável, supõe, necessariamente, a implementação simultânea de políticas de distribuição da renda e da riqueza de caráter estrutural, que permitam erradicar a fome e a miséria, promovam a inclusão social e reduzam as inaceitáveis desigualdades existentes. As políticas de renda e os programas de transferência de renda são peças da complexa engrenagem do processo de transformação social que permitirá alcançar esses objetivos.

Nessa perspectiva, resta um grande caminho a ser percorrido, embora nos últimos anos e, particularmente durante o atual governo, tenham sido realizados avanços importantes para melhorar a situação dos grupos de menores rendas e na redução relativa da desigualdade.

Com efeito, as transferências de renda constitucionais[5] – previdência rural, benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social

5 Recorde-se que a nossa experiência de proteção social antes da Constituinte de 1988 reservava todas as formas de garantia ou complemento de renda (aposentadoria, pensão, salário família, auxílio-doença, auxílio-acidente, salário-maternidade, abono salarial, férias e 13º salário) aos que estavam inseridos no mercado de trabalho com carteira assinada ou, marginalmente, aos que tinham renda suficiente para fazer seu próprio seguro como autônomos. Com a limitada e única exceção da Renda Mensal Vitalícia (1974). A Constituição de 88 finalmente introduziu no Brasil o conceito de seguridade social (previdência, saúde e assistência social) como um direito a ser garantido e organizado pelo Estado por meio de financiamento diversificado e não meramente contributivo, tal qual outros países fizeram há décadas.

Mercadante_Parte-1.indd 117 10/4/2006 10:27:04

(LOAS), seguro-desemprego, abono salarial, entre outras – aumentaram expressivamente no triênio 2003/2004 como reflexo do aumento do salário mínimo e da redução da idade para fazer jus ao Benefício de Prestação Continuada previsto na LOAS.

Além disso, foram expandidas fortemente as transferências de renda não previstas na Constituição, como o programa Bolsa Família, que beneficia as famílias com menor rendimento, a maioria fora do mercado formal de trabalho.

Agregue-se a isso a redução do desemprego e o aumento da formalização do mercado de trabalho, a recuperação do valor do salário mínimo e outras medidas direcionadas às famílias de menores recursos – como a ampliação do crédito e redução dos juros para o financiamento de habitações populares, a abertura de vagas em universidades privadas para alunos carentes, a desoneração da cesta básica, a democratização do crédito e a redinamização da reforma agrária – que contribuíram para reduzir a pobreza e a desigualdade social.

A convergência dessas políticas deu como resultado a maior redução da desigualdade dentro da série histórica da PNAD, principalmente pelo aumento da renda dos 50% mais pobres, em torno de 5,6%.[6] A razão entre a renda média apropriada pelos 10% mais ricos e os 40% mais pobres também caiu significativamente, passando de 22,4% em 2002 para 20,1% em 2004.

A redução da desigualdade foi mais acentuada, no biênio 2003/2004, do que a registrada nos oito anos anteriores. O valor do índice de Gini foi o menor dos últimos 25 anos.

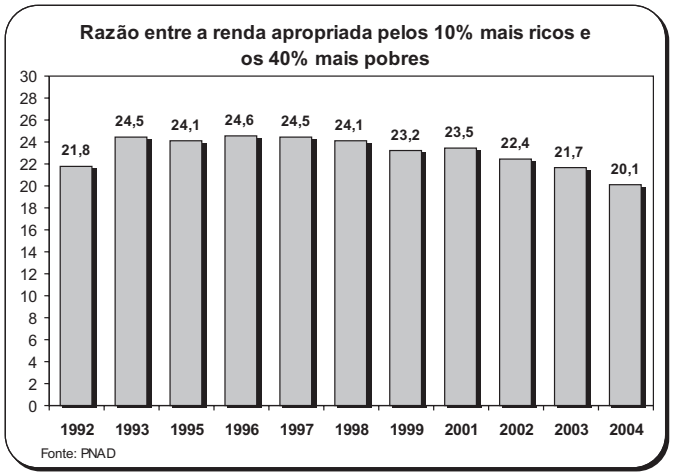
Reduziu-se também a miséria em 8%, com a diminuição, em cerca de 3,2 milhões de pessoas, do contingente da população abaixo da linha de pobreza.[7]

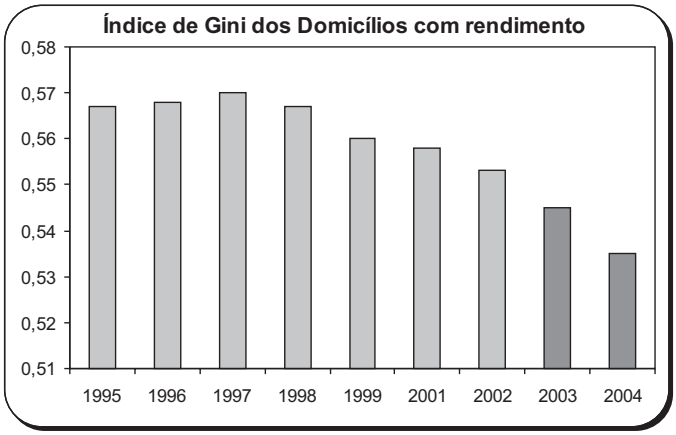
A pobreza e a extrema pobreza hoje apresentam os níveis mais baixos da história, exceto durante o Plano Cruzado.

6 Conforme Tabela de Renda dos Domicílios da PNAD – IBGE.

7 Conforme estudo e critérios da FGV/CBPS publicado em novembro de 2005.

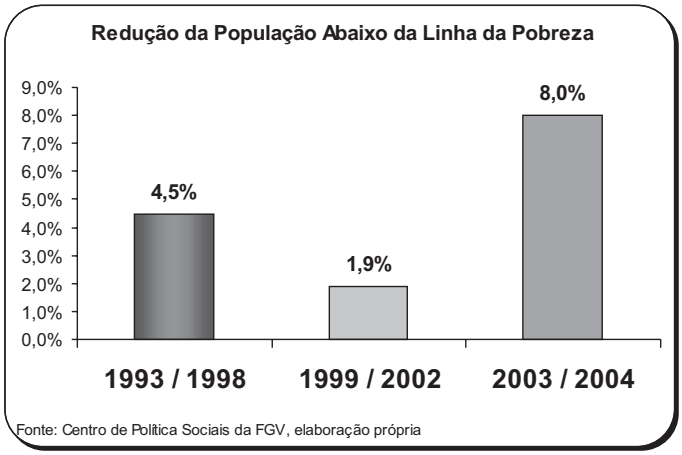
Mercadante_Parte-1.indd 118 10/4/2006 10:27:04

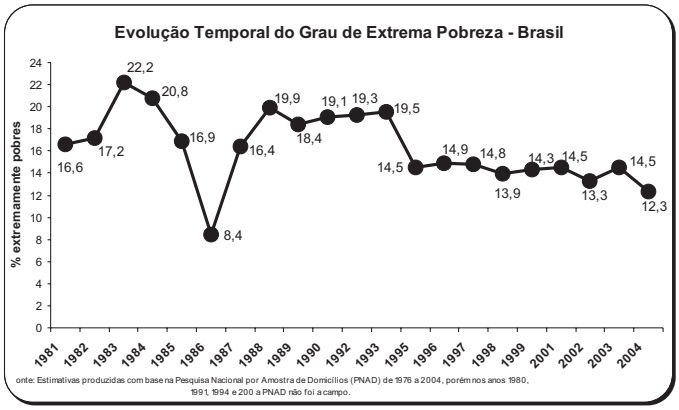




São dados que indicam dois caminhos de que o Brasil não pode abrir mão: a recuperação do emprego e a redistribuição de renda. Se ainda há muito por se fazer, dada a histórica iniqüidade social, cabe a defesa veemente de uma política que a muito custo se estabeleceu no nosso país.

Mercadante_Parte-1.indd 119 10/4/2006 10:27:05





BOLSA FAMÍLIA: AMPLIAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Os programas de transferência de renda são mecanismos de correção ou atenuação da pobreza e da desigualdade social que têm sido extensamente utilizados em diversos países do mundo. Programas deste tipo foram executados nos Estados Unidos após a grande crise da bolsa de 1929, no bojo da política do *New Deal*

Mercadante_Parte-1.indd 120 10/4/2006 10:27:05

comandada por Roosevelt, e na Europa, após a segunda guerra mundial. No Brasil, esses programas começam a ganhar destaque com a Constituição de 1988, adquirindo maior visibilidade na década de 1990. Nessa época, governos municipais, principalmente os mais ricos da federação, implantaram programas próprios de transferência de renda. Por seu turno, em 1996, o governo federal tomou a iniciativa de iniciar um projeto piloto de transferência de renda, específico para a erradicação do trabalho infantil, que, bem avaliado, foi paulatinamente estendido a boa parte do território brasileiro. No segundo semestre de 2001 e em 2002, o governo federal, tendo como referência as estratégias de combate à pobreza preconizadas pelos organismos internacionais, lançou três outros programas de transferência de renda, embora de uma forma um tanto apressada, que gerou muitos equívocos no seu gerenciamento e no cadastramento de seus beneficiários.

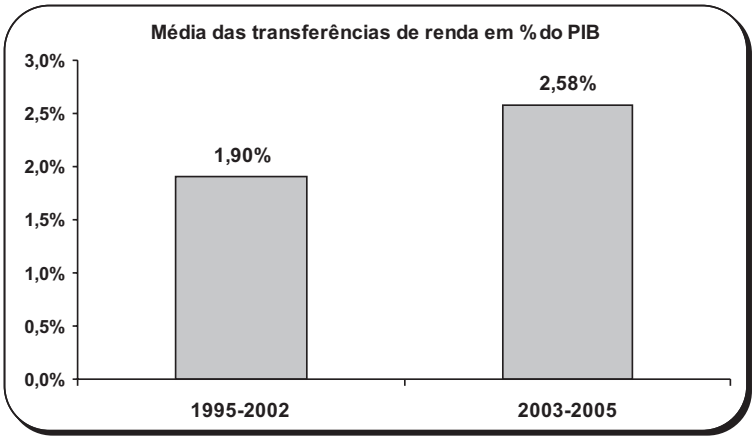
O governo Lula deu um salto de qualidade na concepção desses programas ao trazê-los para o centro da ação do Estado brasileiro, determinando que, em torno do combate à pobreza, diversas outras políticas complementares fossem integradas e desenvolvidas, aí incluídas as ações em comum com governos estaduais e municipais. Vale ressaltar que cabe a estes a articulação, junto à população mais pobre, de arranjos locais que visem, além da participação da comunidade, abrir as portas de saída da pobreza. Este é um processo em construção onde nem todas essas instâncias da administração pública se engajaram com a firmeza e intensidade necessárias.

Embora o problema da pobreza no Brasil seja de enorme magnitude e complexidade, requerendo, portanto, um notável e continuado esforço de mobilização de recursos e de capacidades institucionais, passos importantes foram dados nesses três anos de governo, apesar das restrições fiscais existentes.

Mercadante_Parte-1.indd 121 10/4/2006 10:27:06

Quase 48 bilhões em programas de transferência de renda

Os programas de transferência de renda dirigidos às camadas mais pobres* tiveram aumento real de mais de 24% em relação a 2002, atingindo o valor de R$ 47,5 bilhões de reais em novembro de 2005,** equivalente a 2,69% do PIB. Em proporção do PIB, o governo Lula transferiu para as famílias carentes, em média, por ano, um volume de recursos 36% maior que o do governo anterior.



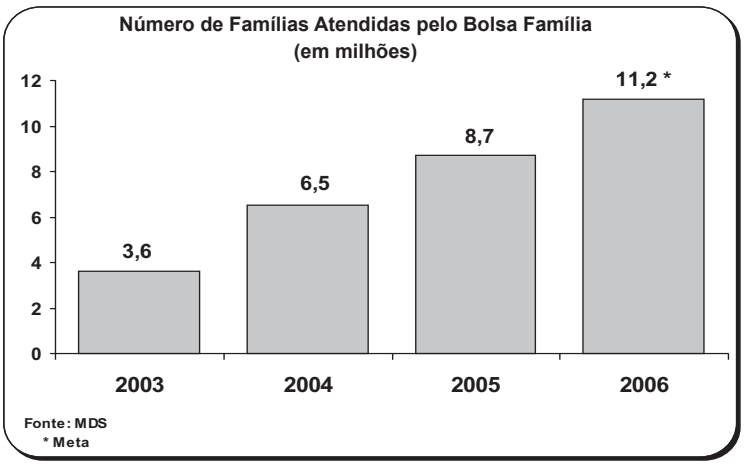
* Abono Salarial, Bolsa Qualificação, Seguro-Desemprego, Previdência Rural, Seguro-Safra, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Renda Mensal Vitalícia (RMV), Agente Jovem, PETI.

** Notar que consideramos apenas os valores efetivamente transferidos aos beneficiados, expurgando os custos administrativos, diferentemente de outros cálculos, o que requer atenção nas comparações com outros indicadores.

Mercadante_Parte-1.indd 122 10/4/2006 10:27:06

O Bolsa Família

Um dos programas de transferência de renda de maior significado e importância no governo Lula é o Bolsa Família. Ele unificou diversos programas anteriormente existentes e ampliou o alcance e a cobertura da ação governamental nessa esfera. Em 2005 foram atendidas 8,7 milhões de famílias, projetando-se para 2006 uma meta de 11,2 milhões de famílias.

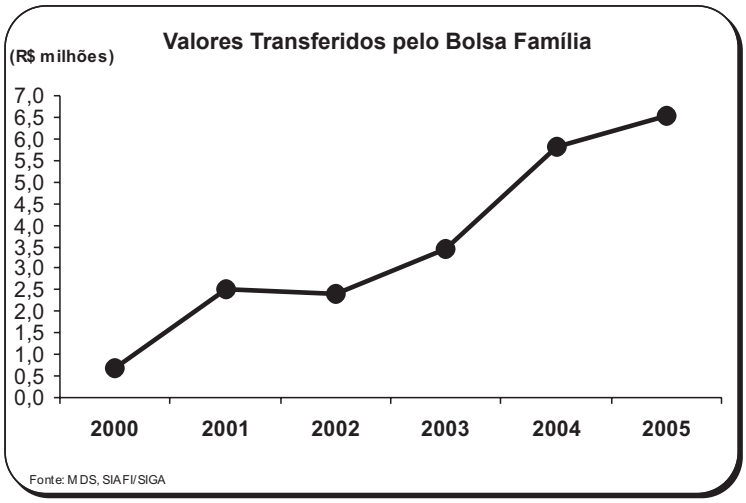


O Bolsa Família representa uma evolução nas experiências de transferência de renda no Brasil.

Em primeiro lugar, aumentou o valor repassado para as famílias, passando a ter um impacto significativo nas economias locais em todas as regiões do país, com destaque para as mais pobres.

Em segundo lugar, deu um sentido positivo às condicionalidades, ao exigir a freqüência escolar e o acompanhamento da saúde, caminhando para uma ação integrada com os ministérios responsáveis por cada uma dessas áreas visando assegurar a oferta dos serviços correspondentes e integrar o programa nas políticas

Mercadante_Parte-1.indd 123 10/4/2006 10:27:06



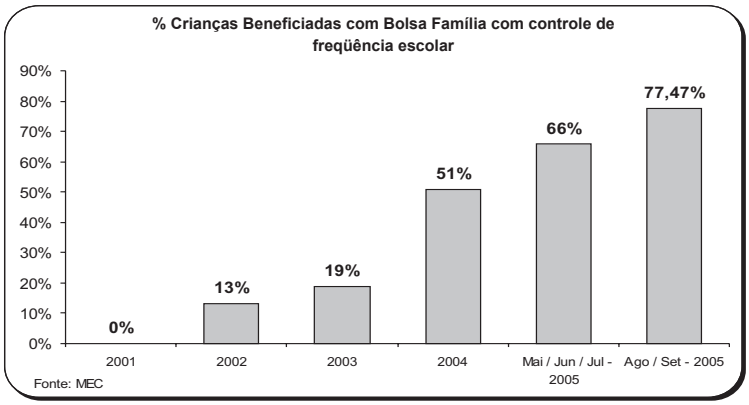
universais desses ministérios. É o caso do Projeto Presença, do MEC, que pretende controlar a freqüência de todos os alunos da rede escolar de modo a poder ter diagnósticos precisos sobre a oferta e a qualidade dos serviços, bem como controle das verbas federais repassadas para a educação municipal. Esse projeto permitirá que o subconjunto de crianças que são beneficiadas pelo Bolsa Família tenha sua presença controlada sem discriminação negativa. Da mesma forma, o controle da saúde se dá por meio do fortalecimento do Sistema de Vigilância Nutricional do Ministério da Saúde. Já na Assistência Social, houve a exigência da inexistência do trabalho infantil para a permanência do benefício e um forte esforço do governo para integrar o cadastro do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), antes inacessível ao governo federal, ao cadastro único, de forma que a vedação ao trabalho infantil seja ampla e a jornada escolar das crianças resgatadas de trabalhos degradantes seja comum tanto ao PETI quanto ao Bolsa Família.

Mercadante_Parte-1.indd 124 10/4/2006 10:27:07

Elevado índice de informação da freqüência escolar

Hoje, mais de 77% das crianças beneficiadas com a bolsa têm a freqüência escolar informada ao governo federal. Esta proporção é seis vezes maior do que a registrada para o Bolsa Escola em 2002. Entre as mais de 10 milhões de crianças com controle, 97,12% freqüentam mais de 85% das aulas.

Com a melhoria do sistema de informações, verifica-se que apenas quinze municípios ainda não informam a freqüência escolar do Bolsa Família.



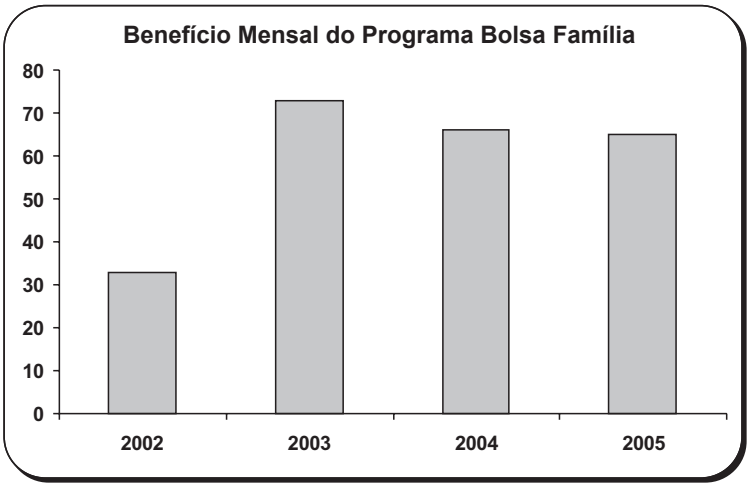
Finalmente, o governo Lula estabeleceu uma política transparente e integrada dos governos federal, estaduais e municipais. Os programas anteriores eram dispersos em vários ministérios, o que repercutia nos municípios, onde cada secretaria conduzia processos com critérios e cadastramentos diferentes. Havia sobreposição não planejada de benefícios enquanto outras famílias em situação de carência não tinham nenhum benefício. Os cadastros não eram compartilhados e havia até cláusula contratual de confidencialidade dos dados, impedindo os municípios e estados de acessarem dados que eles próprios colhiam e impedindo também o controle social.

Mercadante_Parte-1.indd 125 10/4/2006 10:27:07

Distribuição Regional do Bolsa Família

Regiões/Estados	Bolsa Família Famílias Beneficiadas
Acre	38.908
Amazonas	147.266
Amapá	11.429
Pará	337.694
Rondônia	68.343
Roraima	17.583
Tocantins	76.421
NORTE	697.644
Sergipe	154.332
Alagoas	253.745
Pernambuco	633.500
Ceará	742.454
Bahia	1.067.291
Piauí	284.297
Rio Grande do Norte	240.828
Paraíba	337.001
Maranhão	532.126
NORDESTE	4.245.574
Espírito Santo	160.836
Minas Gerais	998.011
Rio de Janeiro	302.733
São Paulo	863.799
SUDESTE	2.325.379
Rio Grande do Sul	398.138
Paraná	447.186
Santa Catarina	141.744
SUL	987.068
Distrito Federal	54.159
Goiás	186.866
Mato Grosso	118.663
Mato Grosso do Sul	85.098
CENTRO-OESTE	444.786
BRASIL	8.700.451

Mercadante_Parte-1.indd 126 10/4/2006 10:27:07

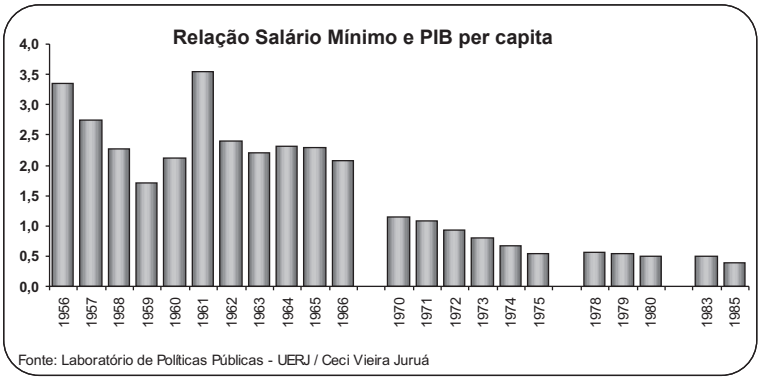


A maior integração dos programas sociais favoreceu também a convergência de esforços e recursos no âmbito regional. Tanto o Bolsa Família quanto, por exemplo, o Luz Para Todos, têm uma forte presença na Região Nordeste, onde se concentra cerca da metade dos beneficiários de ambos os programas.

PODER DE COMPRA DO SALÁRIO MÍNIMO

A existência legal da determinação do salário mínimo conta com grande apoio da população brasileira. Este fato barrou, até aqui, todos os desejos de liberar os contratos de trabalho de qualquer constrangimento que não os do livre-mercado. Assim, o salário mínimo desempenha o papel de impedir que o capital explore a abundância de mão-de-obra para além de um limite civilizadamente acordado pelas instituições do Estado. Porém, como grande parte da população brasileira sobrevive com renda próxima ao salário mínimo, este também exerce um papel sobre quase todo o mercado de trabalho, servindo como referência para a reivindicação dos trabalhadores e seus sindicatos e impactando a distribuição de renda. De fato, estima-se que desde 1960 a parti-

Mercadante_Parte-1.indd 127 10/4/2006 10:27:08



cipação dos salários na renda nacional foi reduzida de 55% para um percentual próximo a 35%, num movimento concomitante à queda do valor real do salário mínimo.

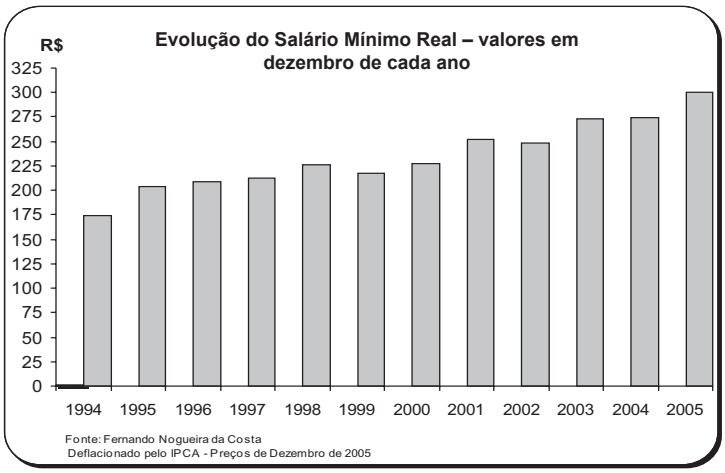
Ao contrário do que ocorria até 1988, hoje o reajuste do salário mínimo tem impacto no Orçamento da União porque os benefícios da Previdência Social, constitucionalmente, não podem ser menores do que o salário mínimo. De fato, cada real de aumento no salário mínimo implica um dispêndio do Regime Geral da Previdência Social de R$ 15,3 milhões mensais, considerando-se o número de beneficiários em janeiro de 2006. Apenas o último aumento proposto pelo governo Lula terá o impacto da ordem de R$ 5,6 bilhões no ano de 2006 nas contas da Previdência.

Levando em conta todos esses fatos, o governo Lula tem tratado de forma responsável e consistente a recuperação do salário mínimo.

Recuperação do salário mínimo

Nos três anos do governo Lula, o salário mínimo real teve o maior aumento médio anual dos últimos 24 anos. O valor real do salário mínimo acumula, nesse período, 20,6% de crescimento, equivalente a uma média anual de 6,5%, bastante acima dos 4,5% anuais do período 1995/2002.

Mercadante_Parte-1.indd 128 10/4/2006 10:27:08



O nível proposto para vigorar a partir de abril de 2006 – R$ 350,00 – é parte de um acordo inédito com as centrais sindicais que inclui o estabelecimento de uma política de recuperação do valor do salário mínimo. Esse novo nível representa um aumento real projetado de 13%.[8]

Salário mínimo e cesta básica

Com o governo Lula, o poder de compra do salário mínimo em relação à cesta básica aumentou significativamente, beneficiando diretamente cerca de 40 milhões de trabalhadores, dois quais, 15 milhões aposentados e 25 milhões ativos.

Em todas as capitais pesquisadas pelo DIEESE, os aumentos no poder de compra do salário mínimo, medido em relação ao número de cestas básicas que podem ser adquiridas, foram relevantes, variando de um mínimo de 27% no Rio de Janeiro a um máximo de 40% em Curitiba.

8 De acordo com as expectativas de inflação para abril de 2006 indicadas pelo relatório Focus/Bacen.

Mercadante_Parte-1.indd 129 10/4/2006 10:27:08

Variação do poder aquisitivo do salário mínimo em capitais selecionadas
(número de cestas básicas compradas por um salário mínimo)

	Dez./2002	Jan./2006	Variação
Belém	1,46	1,90	30%
Belo Horizonte	1,33	1,78	34%
Brasília	1,35	1,78	31%
Curitiba	1,31	1,84	40%
Fortaleza	1,68	2,27	35%
Rio de Janeiro	1,36	1,74	27%
São Paulo	1,26	1,69	34%

O impacto redistributivo da política de reajuste real do salário mínimo, praticada pelo governo Lula, pode ser avaliado também pela variação no poder de compra de alguns produtos essenciais. O efeito renda implícito nessas variações ampliou a capacidade de consumo dos segmentos da sociedade cujo rendimento é regulado pelo salário mínimo.

Variação no poder aquisitivo do salário mínimo na cidade de SP

	Quanto comprava em dez./2002	Quanto compra em jan./2006	Crescimento
Carne[1]	25,28	34,40	36%
Cimento[2]	11,99	27,03	125%
Leite[3]	171,04	206,80	21%
Feijão[1]	70,92	112,78	59%
Arroz[1]	131,58	225,56	71%
Pão[1]	40,98	61,98	51%
Óleo[3]	57,25	122,95	115%

1. Quilograma.
2. Saco de 50 kg.
3. Litro.

Mercadante_Parte-1.indd 130 10/4/2006 10:27:09

EXPANSÃO DA OFERTA DE ENSINO SUPERIOR E DO FINANCIAMENTO EDUCACIONAL PARA OS SETORES DE MENORES RENDAS

Poucos temas recebem hoje apoios tão unânimes quanto a educação. É praticamente consenso ser impossível gerar desenvolvimento acelerado, sustentado e socialmente justo sem que sejam feitos pesados investimentos que assegurem educação de qualidade. Só assim existirão condições para gerar igualdade de oportunidades e possibilidade de maior justiça social.

O quadro educacional brasileiro é estruturalmente dramático e danoso para qualquer projeto de desenvolvimento. Nesse contexto, o governo Lula tem procurado enfrentar o problema de forma corajosa e por isso a educação brasileira registrou avanços. Não se pode deixar de reconhecer que no governo anterior foram alcançados aumento da escolaridade, maior número de alunos matriculados no ensino fundamental e o estabelecimento da avaliação seriada. Entretanto, o governo anterior foi caracterizado pelo privatismo excessivo, sem preocupação com o aprimoramento pedagógico, o que gerou degradação da qualidade do ensino e prejudicou as melhorias conquistadas.

Os primeiros três anos do governo Lula foram marcados pela diminuição do dramático fosso educacional. Mesmo assim, há que se reconhecer que ainda permanecemos muito distantes da qualidade e da universalização desejadas. De toda forma, o governo Lula vem abordando a questão educacional no país desde uma perspectiva sistêmica, que abrange da creche até a universidade. Nesse contexto, importantes passos foram dados para implantação dessa concepção, conforme se pode observar abaixo. Nossa expectativa é que definitivamente a educação seja concebida como política de Estado e não simplesmente de governo, porque educação é processo que requer continuidade.

Mercadante_Parte-1.indd 131 10/4/2006 10:27:09

Educação básica

Para ampliar o acesso ao ensino, melhorar a infra-estrutura das escolas e valorizar os profissionais da educação, o governo Lula elaborou a proposta de emenda constitucional (ora tramitando no Congresso Nacional) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), substituindo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Com o novo fundo, a União a umentará em dez vezes os recursos repassados, elevando a média de R$ 450 milhões para R$ 4,5 bilhões anuais a partir do quarto ano de implementação.

Fundeb. Recursos para todo o ensino básico

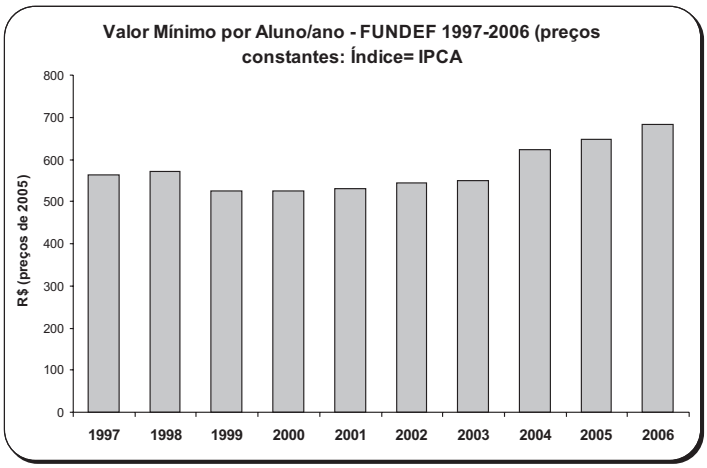
O Fundeb, proposto pelo governo, além de democratizar a distribuição dos recursos, contemplará também os ensinos infantil e médio e a educação de jovens e adultos. Já o Fundef, como o próprio nome indica, financia apenas o ensino fundamental.

O Fundeb ampliará o atendimento de 30 para cerca de 48 milhões de estudantes, abrangendo, pela primeira vez, investimento mínimo em todo o ensino básico do país, na creche, no ensino fundamental e no ensino de nível médio. Nos quatro primeiros anos, os recursos da União, estados e municípios para o novo fundo serão ampliados gradativamente. A partir do quarto ano, o orçamento global deve atingir R$ 50,6 bilhões anuais, contra os R$ 32,7 bilhões (dados de 2005) investidos pelo Fundef.

Esses recursos beneficiarão todos os estados da federação, especialmente os que têm menos capacidade de investimento. Cabe destacar que, entre 2003 e 2006, o valor mínimo repassado por aluno pelo Fundef teve um crescimento real (descontada a

Mercadante_Parte-1.indd 132 10/4/2006 10:27:09

inflação) de 26%, enquanto, entre 1997 e 2002, este mesmo valor registrou queda de 2%.



Docentes mais preparados em sala de aula

Diante do quadro de insuficiente formação pedagógica de grande parte do corpo docente do ensino básico, o governo Lula está implementando um Sistema Nacional de Formação de Professores, especialmente para atender docentes que lecionam em escolas públicas. Em 2005, cerca de 45 mil professores participaram dos cursos. Em 2006, este número deve ultrapassar o total de 300 mil profissionais.

São os seguintes os programas de formação de professores: ProInfantil (Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil), Proformação (Programa de Formação de Professores em Exercício), Pró-Licenciatura, Pró-Letramento, Rede Nacional de Formação Continuada de Professores e Formação continuada de mídias na educação.

Mercadante_Parte-1.indd 133 10/4/2006 10:27:09

Livros didáticos

O MEC investiu, em 2005, R$ 549 milhões na aquisição e distribuição de 110 milhões de livros para mais de 30 milhões de estudantes do ensino fundamental. Também em 2005, o Programa Nacional do Livro Didático, numa ação piloto, atendeu 1,3 milhão de alunos, distribuindo 2,7 milhões de livros para 5.392 escolas de turmas da primeira série do ensino médio das regiões Norte e Nordeste.

Nos últimos três anos, o número de alunos beneficiados pelo Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE) saltou de 6,8 milhões para 17 milhões. Nesse período, os investimentos somam R$ 161,8 milhões.

Merenda para 37 milhões de alunos

Após dez anos sem aumento, o governo Lula triplicou o valor/dia destinado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a cada aluno da pré-escola. Em 2002, eram repassados R$ 0,06 por estudante. Desde 2005, esse valor é de R$ 0,18. Já o valor/dia destinado para os alunos do ensino fundamental foi reajustado de R$ 0,13 para R$ 0,18 no mesmo período, o que equivale a um aumento de 38,5%.

A partir de 2003, a merenda também foi ampliada para crianças atendidas nas creches públicas e filantrópicas com o valor *per capita* ao dia de R$ 0,18. Em 2004, alunos de escolas indígenas passaram a receber valores diferenciados, alcançando R$0,34 diariamente por criança atendida. A iniciativa foi estendida em 2005 a alunos de comunidades quilombolas.

Um dos maiores programas alimentares do mundo, o Merenda Escolar atende 37,1 milhões de alunos em todo o país, contribuindo para a melhoria da aprendizagem e do rendimento escolar, além de ajudar na formação de hábitos alimentares saudáveis. Somente em 2005, foram investidos no programa mais de R$ 1,2 bilhão.

Mercadante_Parte-1.indd 134 10/4/2006 10:27:09

Valores *per capita*/dia da merenda escolar, em reais

	2002	2003	2004	2005
Ensino fundamental	0,13	0,13	0,15	0,18
Pré-escola	0,06	0,13	0,15	0,18
Creches públicas e filantrópicas	Não recebiam	0,18	0,18	0,18
Escolas indígenas	0,13	0,34[1]	0,34	0,34
Escolas quilombolas	0,13	0,13	0,15	0,34[2]

1. A partir de outubro de 2003.
2, A partir de junho de 2005.
Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC).

Transporte escolar

Pela primeira vez, todos os municípios com alunos residentes em áreas rurais estão recebendo, de forma automática, recursos do governo federal para o transporte dos estudantes. Nos últimos três anos, foram investidos mais de R$ 570 milhões. Somente em 2005, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) atendeu cerca de 3,3 milhões de alunos.

O governo federal também repassa recursos às entidades filantrópicas que mantenham estudantes com necessidades educativas especiais matriculados no ensino fundamental. Por meio do Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE), essas entidades recebem até R$ 35 mil para aquisição de veículo escolar zero quilômetro.

Mais tempo na escola

Em fevereiro de 2006, o governo Lula sancionou a lei que instituiu a matrícula aos seis anos de idade em todas as escolas do país e ampliou o ensino fundamental de oito para nove anos. A legislação tem como objetivo elevar a escolaridade obrigatória das crianças, especialmente aquelas sem acesso à educação infantil, e trazer mais cedo para a escola as que estejam em situação de vulnerabilidade social. Toda a reflexão pedagógica e a avaliação do

Mercadante_Parte-1.indd 135 10/4/2006 10:27:10

ensino básico (Saeb) apontam que os alunos que freqüentaram a pré-escola têm desempenho em leitura e matemática melhor do que os demais estudantes que ingressam diretamente no ensino fundamental.

Radiografias da educação básica

Prova Brasil. Pela primeira vez, o país conta com uma radiografia do ensino público por unidade escolar. Em novembro de 2005, segundo projeções do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), cerca de 5 milhões de alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental de todas as escolas públicas urbanas participaram da Prova Brasil.

Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica). Além da Prova Brasil, o MEC manteve a avaliação amostral do Saeb, exame bienal de proficiência em Matemática e Português direcionado a alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio matriculados em escolas públicas e privadas.

ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). A oitava edição do ENEM, de 2005, teve a participação de 2,2 milhões de alunos, a maior desde que o exame foi criado, em 1998. Nesse período, o número de inscritos no Enem cresceu 1000%, passando de 300 mil para mais de 3 milhões de estudantes. Além de contribuir para a avaliação do ensino médio no Brasil, o exame passou a ser um importante instrumento de acesso à educação superior.

PDDE – Gestão direta

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por objetivo a democratização da gestão de ensino. A partir dele, a comunidade escolar pode gerenciar a aplicação de recursos financeiros destinados à aquisição de materiais permanentes e de consumo, manutenção e conservação da estrutura física, capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais da educação e implementação de projetos pedagógicos.

Mercadante_Parte-1.indd 136 10/4/2006 10:27:10

Entre 2004 e 2005, foram repassados às escolas R$ 360 milhões para reparos e aquisição de equipamentos. Para 2006, o programa conta com recursos orçamentários de R$ 350 milhões.

Ensino superior

Apenas um entre cada dez brasileiros na faixa etária dos 18 aos 24 anos tem acesso ao ensino superior, índice inferior ao de países latino-americanos como a Argentina e o Uruguai. Para enfrentar esse problema histórico e permitir que jovens de baixa renda ingressem na faculdade, o governo Lula tem possibilitado a expansão do número de vagas nas universidades federais e levado o ensino superior a regiões distantes dos grandes centros urbanos, além de criar o ProUni, o maior programa de bolsas de estudo já adotado no Brasil.

O governo voltou a investir na recuperação e expansão da rede federal de ensino superior, criando quatro novas instituições, transformando seis faculdades federais em universidades e construindo ou ampliando mais 40 *campi*, gerando, em cinco anos, 125 mil novas matrículas nas instituições federais, quase 22% a mais na rede federal de ensino superior em relação a 2004. Para se ter uma idéia do que isso significa: o número de alunos que ingressava anualmente em toda a rede federal era de 123 mil.

ProUni. Vagas nas universidades para estudantes de baixa renda

Criado pelo governo Lula em 2004, o Programa Universidade para Todos – ProUni é o maior programa de bolsas de estudo para a educação superior da história brasileira. Nos quatro primeiros anos de implementação, vai permitir que mais de 400 mil jovens de baixa renda tenham acesso ao ensino superior privado. A maioria sem pagar a mensalidade e a outra parte pagando apenas metade do curso. Cerca de 800 mil jovens se inscreveram no programa para o primeiro semestre de 2006. Mais do que o

Mercadante_Parte-1.indd 137 10/4/2006 10:27:10

dobro dos 340 mil inscritos na primeira edição, entre o final de 2004 e o início de 2005.

O ProUni destina-se à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (meia bolsa) para estudantes dos cursos de graduação, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. A bolsa integral é dada a quem tem renda familiar *per capita* não superior a 1,5 salário mínimo e a parcial é voltada para pessoas cuja renda *per capita* não exceda três salários mínimos.

ProUni: 112 mil vagas para estudantes de baixa renda

No primeiro ano, a adesão ao programa representou uma renúncia fiscal de R$ 109 milhões. Valor que, comparado às 112 mil bolsas oferecidas naquela edição, apresenta um resultado de cerca de R$ 970 por aluno. Ou seja, com um investimento de R$ 970 ao ano foi possível abrir as portas de uma faculdade a cada um desses jovens de baixa renda.

Financiamento especial também para alunos do ProUni

Para ampliar ainda mais o alcance do ProUni, o MEC oferece uma ajuda financeira mensal de um salário mínimo a alunos inscritos em cursos de turno integral como Medicina e Odontologia.

Por outro lado, alunos que conquistaram uma bolsa de 50% no Programa Universidade para Todos contam com um financiamento especial para quitar o restante da mensalidade. Por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), eles podem concluir a graduação pagando o equivalente a apenas 25% do valor do curso.

Mercadante_Parte-1.indd 138 10/4/2006 10:27:10

Acesso à produção científica

Entre 2003 e 2005, a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) incluiu 7,5 mil novos títulos no Portal Brasileiro de Revistas Científicas; o número de títulos saltou de 2096, em 2002, para 9546, em 2005. Também o número de instituições de ensino e pesquisa interligadas ao serviço teve um crescimento expressivo entre 2002 e 2005, pulando de 98 para 163 (151 das quais com acesso gratuito ao conteúdo disponibilizado por meio da Internet). Em 2002 foram contabilizados 6,6 milhões de consultas às publicações disponibilizadas pelo serviço. Em 2005, as consultas ultrapassaram a marca dos 32,6 milhões.

Capes. Formando mestres e doutores

A Capes é a principal agência brasileira de fomento à pós-graduação. São mais de 26 mil acadêmicos e 250 instituições de ensino atendidos em todo o Brasil, o que representou investimentos de R$ 400 milhões somente em 2005. Recursos que garantiram, após dez anos de congelamento, um reajuste de 18% sobre o valor pago pelas bolsas.

Mais mestres e mais doutores

Em 2005, foram concedidas 10.215 bolsas de doutorado, um crescimento de 15% sobre as 8866 bolsas de 2001. Também o número de cursos de doutorado oferecidos mais que dobrou entre 1996 e 2005, saltando de 541 para 1156. Um crescimento considerável é verificado também entre as bolsas de mestrado. Em 2005, foram concedidos 15.021 benefícios, 23% a mais sobre 2001 (quando havia no país 12.148 bolsistas). Já o número de cursos de mestrado existentes no país saltou de 1083, em 1996, para 2014 em 2005, aumentando 86%.

Mercadante_Parte-1.indd 139 10/4/2006 10:27:10

Mais bolsas no exterior

De 2002 a 2005 o MEC, por meio da Capes, praticamente dobrou o número de bolsistas que buscam a complementação dos estudos no exterior, passando de 1071 beneficiários para 2093. Hoje, os bolsistas da Capes estão distribuídos em mais de trinta países nos cinco continentes.

A escola aberta para as diferenças

Brasil Alfabetizado. O governo federal está recuperando uma dívida social com os 33 milhões de brasileiros analfabetos funcionais (possuem menos de quatro anos de estudo) e 16 milhões que ainda não sabem ler nem escrever (Censo 2000, IBGE). Criado em 2003 pelo governo Lula, o programa *Brasil Alfabetizado* foi incorporado como política de governo, transformando campanhas temporárias de alfabetização, de alcance limitado, em ação permanente de acesso à educação.

Cinco milhões de alfabetizados

Entre 2003 e 2005, o programa Brasil Alfabetizado saltou de 2,7 mil municípios atendidos para quase 4 mil, enquanto o número de entidades parceiras – estados, municípios e organizações não-governamentais – cresceu de 185 para mais de 600 no mesmo período. Em apenas três anos, por meio de parcerias com municípios, estados e Distrito Federal, o governo federal já alfabetizou 5 milhões de jovens e adultos em todas as regiões do Brasil.

EJA (Educação de Jovens e Adultos). O programa Fazendo Escola auxilia estados e municípios a manterem classes de jovens e adultos, realizando repasses diretos de recursos, além de financiar ações de formação de professores e a produção de material didá-

Mercadante_Parte-1.indd 140 10/4/2006 10:27:10

tico. Desde 2003, 6,6 milhões de brasileiros foram beneficiados com o Fazendo Escola, mais do que o dobro da população atendida na educação de jovens e adultos entre 1999 e 2002 (3,2 milhões). O crescimento também é constatado entre os municípios incluídos no programa, que pularam de 2015 para 4175, e nos investimentos feitos, que saltaram de R$ 387 milhões para R$ 486 milhões (de 2003 para 2005).

Escolas indígenas. O MEC tem R$ 18,5 milhões em recursos empenhados para a construção de 376 novas escolas indígenas, o que deve beneficiar 26 mil alunos de 90 povos. Hoje, a população indígena tem 164 mil estudantes distribuídos em mais de 2,3 mil escolas, enquanto em 2002 havia 1,7 mil instituições de ensino. Além do currículo normal, as aulas tratam da cultura de cada comunidade, abordando temas como costumes, música, artesanato, plantio e pesca.

Escola Aberta. O governo federal lançou o programa Escola Aberta em 2004 com a finalidade de ampliar a integração entre escola e comunidade, contribuindo para a redução da violência, melhorando o desempenho escolar e permitindo ao jovem o aprendizado de um ofício. Em 2005, 1,2 mil instituições públicas de ensino de regiões metropolitanas participaram do programa, o que absorveu investimentos de R$ 10 milhões.

Escola que Protege. Um total de 7,1 mil profissionais de educação de dezessete estados brasileiros está sendo capacitado, no primeiro semestre de 2006, a prestar atendimento adequado a crianças e adolescentes vítimas de violência física, abuso sexual e tráfico de entorpecentes. A ação faz parte do projeto *Escola que Protege* e envolverá um coordenador pedagógico de cada instituição de ensino, professores de educação infantil e dos ensinos fundamental e médio e agentes comunitários. Também está prevista a realização de parcerias com conselhos tutelares e a organização de palestras dirigidas aos familiares.

Mercadante_Parte-1.indd 141 10/4/2006 10:27:10

A expansão do ensino técnico

Nos três anos iniciais do governo Lula, o Ministério da Educação vem buscando democratizar e ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica, contribuindo ativamente com os esforços prioritários para a criação de mais empregos.

Os principais programas são: Rede Federal (67 mil novas vagas em 1500 municípios), Escola de Fábrica (formação profissional para jovens de baixa renda), Ensino Médio Integrado (jovens podem concluir a escola com uma profissão), Proeja (Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), Proep (Programa de Expansão da Educação Profissional) e a 1ª Universidade Tecnológica Federal.

1ª Universidade Tecnológica Federal do Brasil

Em 2005, foi criada a 1ª Universidade Tecnológica Federal do Brasil. A instituição conta atualmente com cerca de 15,5 mil alunos e 1,3 mil professores distribuídos em sete unidades de ensino. A transformação em universidade tecnológica federal abre novos horizontes para a pesquisa, a pós-graduação e, principalmente, para os intercâmbios com instituições congêneres da Alemanha, França e Canadá, entre outras.

Portal Domínio Público

O portal Domínio Público, biblioteca digital de acesso gratuito disponibilizada pelo MEC, tem hoje mais de 15 mil obras cadastradas. Em novembro de 2004, quando iniciou as atividades, contava com quinhentos textos digitalizados. O portal recebe uma média mensal de 41 mil visitas. O acervo é constituído por obras de domínio público ou devidamente cedidas pelos titulares dos direitos autorais.

Mercadante_Parte-1.indd 142 10/4/2006 10:27:10

dominiopublico.gov.br

Organizações internacionais, como o PNUD, a Unesco e a OPAS têm permitido a reprodução de seus estudos, artigos e publicações no portal Domínio Público.

O acervo reúne desde publicações técnicas e textos de filosofia e literatura, incluindo até a carta de Pero Vaz de Caminha ao rei português D. Manuel. Através do portal, é possível acessar gratuitamente obras de Machado de Assis, José de Alencar, Eça de Queirós, Artur de Azevedo, Shakespeare, Dante Alighieri, entre outros.

Direito à educação especial

A educação inclusiva compreende a construção de uma escola aberta a todos, que respeita e valoriza a diversidade, busca incentivar a matrícula de alunos com necessidades educativas especiais em escolas regulares. As políticas públicas do governo Lula abrangem desde a formação de professores até a produção e distribuição de materiais didático-pedagógicos.

Entre 2002 e 2005, o número de alunos com deficiência matriculados em classes comuns no país mais que dobrou, passando de 110.704 para 261.366. O que significa que, nesses três anos de governo Lula, mais 150 mil estudantes com necessidades educacionais especiais foram incluídos em turmas de escolas regulares. Muito mais do que números, esses índices fazem do Brasil hoje o país da América Latina com maior participação de estudantes com necessidades educacionais especiais matriculados em escolas regulares.

Mercadante_Parte-1.indd 143 10/4/2006 10:27:11

Universalização do livro didático em braile

O governo Lula universalizou a distribuição de livros didáticos para alunos cegos matriculados em escolas públicas e nas instituições filantrópicas de ensino fundamental. Em 2005, foram investidos R$ 1,6 milhão na produção de 40 mil exemplares em braile. Os livros beneficiam 3,5 mil alunos cegos de 1244 escolas públicas e instituições especializadas sem fins lucrativos. É a maior produção de livros didáticos em braile da história do país.

Curso de Educação Superior Bilíngüe Libras/Português

A regulamentação da Lei de Libras (Língua Brasileira de Sinais), pelo decreto presidencial assinado em dezembro de 2005, definiu a realização de cursos de formação de professores para o ensino de Libras nas séries iniciais do ensino fundamental, ao mesmo tempo em que previu a especialização em Libras no curso de Letras para docentes que atuam a partir da quinta série. O Instituto Nacional para Educação de Surdos (INES), órgão vinculado ao MEC e com sede no Rio de Janeiro, está abrindo turmas para professores surdos e ouvintes em 2006. No decorrer do ano, devem ser criados novos cursos nas áreas de informática e de licenciatura em Letras/Libras.

FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE COM MELHORIA DA QUALIDADE

A implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) representou uma mudança radical na política de saúde existente no Brasil antes da Constituição de 1988, quando mais de 30% da população estava excluída de qualquer serviço de saúde. Ao

Mercadante_Parte-1.indd 144 10/4/2006 10:27:11

longo destes dezoito anos houve muitos avanços pautados pelos ousados objetivos de atendimento público a todos os brasileiros, assistência integral, gestão descentralizada, eqüidade e controle social.

Há resultados expressivos nos indicadores de saúde pública do país, que vão desde o maior controle das doenças transmissíveis até o volume de transplantes custeados pelo poder público.

Além de ser um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, hoje o SUS é referência internacional por várias ações como, por exemplo, a ampliação da assistência básica, a prevenção e tratamento da AIDS, a cobertura vacinal infantil e adulta, a nova política de saúde mental, programas para redução da mortalidade materna, infantil e neonatal, fornecimento de medicamentos gratuitos e subsidiados em tratamentos intensivos e permanentes, a formação de comissões gestoras bi e tripartites e conselhos de controle social em todos os três níveis de governo.

Os desafios para a saúde pública no Brasil, no entanto, ainda são enormes, em função da persistência da iniqüidade social, da tendência para a elevação dos custos da medicina, da mudança demográfica, com o envelhecimento da população, e pelo comportamento pouco cooperativo de alguns entes da federação.

O SUS enfrentou graves crises de financiamento (que marcaram o imaginário popular, notadamente na década de 1990, quando teve de se socorrer de um empréstimo do Fundo de Amparo do Trabalhador) e ainda enfrenta obstáculos de gestão e do modelo de assistência que precisam ser superados para sua implantação plena.

No campo da gestão, a descentralização precisa superar a fragmentação e criar ainda maior sinergia entre municípios e estados. Quanto ao modelo de atendimento, é necessário fortalecer a rede de assistência básica como elemento estruturador capaz de unir as funções de promoção da saúde, prevenção de doenças e a reabilitação dos acometidos por estas. Para a população, isto se reflete em reduzir filas, ampliar o acesso aos medicamentos e humanizar cada vez mais a assistência médica.

Mercadante_Parte-1.indd 145 10/4/2006 10:27:11